

ATA N.º 6/2022
do Conselho de Escola
da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

No vigésimo sétimo dia do mês de julho de dois mil e vinte e dois, pelas dez horas e dez minutos, reuniu ordinariamente, por videoconferência, o Conselho de Escola.

Estiveram presentes, enquanto membros docentes: Professor Doutor Pedro Romano Martinez (Presidente do Órgão), Professora Doutora Paula Costa e Silva, Professor Doutor Paulo Alves Pardal, Professora Doutora Ana Fouto, Professora Doutora Sandra Lopes Luís, Dra. Sara Leitão, Professor Doutor Nuno Cunha Rodrigues, Professor Doutor João Espírito Santo e Dr. Afonso Brás; enquanto membros discentes: os estudantes André Brito (que secretariou), Telma Mendonça, Mariana Fonseca e João Gonçalves; e enquanto membro não docente, Dra. Nádia Lomar.

Estiveram ainda presentes, sem direito de voto, a Senhora Diretora, Professora Doutora Paula Vaz Freire, a Senhora Subdiretora, Professora Doutora Raquel Brízida Castro, os Senhores Subdiretores, Professor Doutor Pedro Madeira de Brito e Professor Doutor Filipe Arede Nunes, a Senhora Diretora Executiva, Dra. Cândida Eunice Machado e, em substituição da presidente da AAFDL, Sara Ribeiro.

O Professor Doutor Luís Gonçalves da Silva justificou a sua ausência.

A ordem de trabalhos constituiu nos seguintes pontos:

1. Aprovação da ata da reunião anterior;
2. Proposta de Orçamento para 2023;
3. Plano de Atividades para 2023;
4. Alteração ao Regulamento de Bolsas de Mérito Social;
5. Garantia da Qualidade;
6. Designação de aluno para o Conselho Académico;
7. Outros Assuntos.

1. Aprovação da ata da reunião anterior

O Senhor Presidente colocou a aprovação a ata da reunião anterior, que foi aprovada por unanimidade, após as alterações sugeridas pelo Professor Doutor João Espírito Santo.

2./3. Proposta de Orçamento para 2023 e Plano de Atividades para 2023;

O Senhor Presidente iniciou esse ponto referindo que esta proposta vinha na sequência da aprovação, na semana anterior, do Plano de Atividades e Orçamento para 2022 da Universidade de Lisboa, e em seguida passou a palavra à Senhora Diretora para que explicasse a proposta de orçamento.

A Senhora Diretora começou por sugerir que os pontos 2 e 3 da ordem de trabalhos fossem tratados conjuntamente, não tendo obtido nenhuma objeção.

A Senhora Diretora apresentou o Plano de Atividades para 2023, referindo que foi elaborado com o enorme trabalho da Diretora Executiva, Dra. Cândida Eunice Machado, com contributos de todos os serviços e colaboradores da Faculdade.

Informou que foi definida, como principal orientação estratégica, a melhoria do bem-estar da comunidade académica nas suas diferentes dimensões:

1) Reforço das estruturas de apoio, tendo presente a crescente premência de dar resposta a questões como:

- i) *stress* ou *burnout* e consequente necessidade de prevenção e apoio;
- ii) necessidade de existir um espaço isento de práticas de discriminação e assédio.

2) Reforço e melhoria do espaço edificado:

- i) aumento da Biblioteca, espaço de estudo privilegiado, cuja obra está concluída e aguarda o mobiliário e sistema de segurança;
- ii) requalificação do pátio interior tornando-o um local de lazer.

3) A continuidade da política de uso de recursos de forma sustentável:

- i) foi concluída a transformação para a produção de energia solar para autoconsumo, a substituição de vãos envidraçados, a substituição das lâmpadas por lâmpadas *led*, a substituição das máquinas de ar condicionado;

ii) vai iniciar-se um projeto relativo ao uso de água, tanto na rega dos jardins, como na utilização comum;

iii) vai continuar-se a incentivar a reciclagem (e o uso de papel reciclado).

A Senhora Diretora passou, então, a uma apresentação mais detalhada do Plano de Atividades no que respeita ao Ensino, Recursos Humanos, Investigação, Instalações e Equipamentos, Comunidade Académica e Sociedade, Comunicação, e Garantia de Qualidade, enfatizando que a aplicação destas propostas de ação só será possível em colaboração estreita com os demais órgãos de governo da Escola, com o esforço e trabalho dedicado de todos os colaboradores e em diálogo com os alunos, em particular com a AAFDL.

A Senhora Diretora, passou de seguida, à apresentação da Proposta de Orçamento para 2023, de 13.144.680,00€ que representa um acréscimo de cerca de 200.000,00€ face à execução prevista para 2022.

Relativamente à Receita, foi considerado o aumento de receita transferida pelo Orçamento de Estado, em linha com a evolução anterior, estimando-se esse valor em 7.726.682,00 €.

O comportamento das receitas próprias, após uma quebra na cobrança de propinas, tem evidenciado uma tendência de recuperação dos valores das propinas, pelo que se considera a obtenção de 5.256.543,00 € a título de receitas próprias.

No que concerne à Despesa, tem como principal agregado a despesa com pessoal que se estima ser de 9.499.472,00 € em 2023.

A aquisição de bens também surge “reforçada” em virtude da previsível subida de custos e de aumento de bens como limpeza e segurança com a nova biblioteca e também com o seu mobiliário.

A Senhora Diretora terminou agradecendo à Coordenadora da Área Financeira, Dra. Ana Ramos, bem como à sua equipa e à equipa da Área de Recursos Humanos a elaboração da Proposta de Orçamento.

O Presidente agradeceu à Senhora Diretora a apresentação resumida dos dois documentos, colocando-os em discussão.

O aluno João Gonçalves parabenizou a Faculdade pela pós-graduação em Inteligência Artificial sugerindo a inserção dessa matéria no plano curricular da licenciatura enquanto cadeiras optativas.

A Professora Doutora Sandra Lopes Luís questionou sobre o plano de atividades no que respeita às ações de formação pedagógica dos docentes e qual seria o entendimento relativamente ao futuro no que respeita a estas ações.

O Professor Doutor João Espírito Santo começou por agradecer o resumo feito pela Senhora Diretora relativamente aos dois documentos que constam da ordem de trabalhos e questionou sobre a profissionalização da comunicação, nomeadamente quanto ao objeto do contrato, se se trata de mera arte gráfica para divulgação das iniciativas da Faculdade ou se trata de assessoria de imprensa, por meio de uma empresa que faria o relacionamento da Faculdade com a imprensa.

O Dr. Afonso Brás agradeceu à Diretora a exposição do plano de atividades e da proposta de orçamento e questionou, relativamente ao plano de atividades, se, tendo em conta a importância dada às questões de acompanhamento psicológico quer dos alunos quer dos professores e o bom trabalho que a psicóloga da AAFDL tem executado, a Faculdade poderia alocar um psicólogo próprio que pudesse responder às necessidades de alunos e docentes. Relativamente ao CARL e ao Gabinete de Consultoria Jurídica, questionou se as entidades funcionariam em pleno a fim de aumentar as receitas da Faculdade. Quanto à Comissão de Ética, perguntou quando fora criada e qual era a sua composição. Relativamente ao orçamento questionou se se previa a diminuição do passivo existente e em seguida pediu esclarecimentos sobre algumas despesas, nomeadamente despesas de mercadorias para venda, despesas com artigos honoríficos, despesas de estudos pareceres e projetos e a justificação do aumento destas rubricas face ao ano de 2022.

O aluno André Brito felicitou a Direção pela elaboração dos documentos, tendo solicitado mais informação sobre as novas funcionalidades da plataforma de gestão académica Fénix e sobre o regulamento de avaliação dos docentes.

A Senhora Diretora agradeceu as apreciações, comentários e questões que foram colocadas. Ato contínuo, respondeu que, quanto às avaliações dos docentes, houve algum atraso por parte da Faculdade em aplicar o regulamento de avaliação de desempenho dos docentes e que se trata de um instrumento de avaliação que toda a administração pública tem e que nos últimos tempos foi feita uma recuperação do procedimento de avaliação, não realizada desde 2004; a partir do ano civil de 2023 a Faculdade vai estar a par com a aplicação regular do regulamento.

No que se refere a atualização do Fénix, o mais notório será a centralização de todos os requerimentos apresentados pelos alunos uma vez que, na atualidade, há vários endereços a receber o mesmo requerimento (Direção, Direção Executiva e Serviços Académicos) o que torna o trabalho ineficiente. Além dessa atualização em concreto, existirão outros desenvolvimentos específicos pagos pela Faculdade consoante as suas necessidades.

Passando às questões financeiras colocadas pelo Dr. Afonso Brás, começou por dizer que não era um passivo e sim um *deficit* de execução porque as contas da Faculdade continuam a ter, na globalidade, ativos superiores a passivos. O *deficit* de execução tem em conta o esforço de investimento extraordinário que a Faculdade tem feito, designadamente, com os novos edifícios. No que respeita à rubrica de vendas de mercadorias estão em causa os livros da Imprensa FDUL que se apresentam como despesa na medida em que há a produção do livro antes da sua venda. Os artigos honoríficos correspondem ao fabrico de medalhas e ofertas de cortesia oferecidas a visitantes pela Faculdade e a comitivas que vão em cooperação para que possam levar essas ofertas e que, por estarem a chegar ao fim, precisam ser renovados. Os estudos e pareceres têm duas rubricas. A rubrica que tem o valor aumentado tem a ver com estudos e pareceres de candidaturas a projetos financiados pela União Europeia a que a Faculdade vai apresentar candidaturas. Trata-se de uma despesa que, em muitos casos, é reembolsável no todo ou em parte quando a candidatura é aprovada.

Sobre a Comissão de Ética, esta foi discutida na reunião do Conselho de Escola de outubro de 2021, tendo sido designada pelo Despacho 129/2021, de novembro de 2021, a Professora Doutora Maria João Estorninho como presidente da referida Comissão. Na semana anterior a Professora Doutora Maria João Estorninho indicou como membros da Comissão de Ética os Professores Doutores Nuno Cunha Rodrigues, Pedro Caridade de Freitas e o Professor Paulo Sousa Mendes que ficará assim constituída. A Senhora Diretora informou ainda que o despacho seria publicado na corrente semana e que ainda que a Comissão de Ética não estivesse formalmente designada, esta já estaria a desenvolver trabalhos, inclusive a elaboração de um projeto de regulamento de ética.

Quanto ao CARL e a consultoria jurídica, referiu que havia autonomia dos presidentes dessas unidades para as dinamizarem e que haveria apoio logístico da Faculdade. Acrescentou que no seu entendimento a resposta para problemas financeiros não poderia vir desses projetos. Referiu ainda que o CARL, por força do dinamismo da sua presidente, Professora Doutora Elsa Oliveira Dias, tem apresentado um conjunto de instrumentos regulamentares que permitem o seu funcionamento, estando criadas uma série de condições para que haja essa dinamização.

Sobre a contratação de um psicólogo diretamente pela Faculdade, a Senhora Diretora fez uma precisão informando que a psicóloga do GAP é contratada pela AAFDL, mas com um apoio financeiro e de instalações pela Faculdade. Chegou-se a esta solução por incapacidade da Faculdade de ter no quadro de pessoal um efetivo com tais características uma vez que é necessário sempre negociar com a Reitoria o aumento de pessoal o que impossibilita a contratação de um psicólogo. A este respeito a Direção tem estado em diálogo com a AAFDL pelo que vai haver um reforço do apoio psicológico através de um estágio financiado pelo Instituto de Formação Profissional que permitirá o alargamento do GAP com mais um psicólogo no próximo ano letivo.

No que respeita à questão colocada pelo Professor João Espírito Santo, esclareceu que o trabalho de comunicação era feito por bolseiros que se sucediam e causavam alguma instabilidade no desenvolvimento destas tarefas, pelo que, para além de empresas que cuidassem das artes gráficas e de apoio à Imprensa da FDUL, também teríamos uma assessoria de comunicação a nível externo, sendo certo que todos os contratos estão publicitados.

Quanto às ações de formação pedagógica, foi desenvolvido um conjunto de ações em que houve diversos professores que fizeram cursos de formação de aulas à distância para acreditação do mestrado à distância, sendo certo que mais ações seriam desenvolvidas consoante houvesse ou não acreditação. Em conjunto com o Conselho Pedagógico, disse que seria feito um protocolo com o Instituto de Educação para a formação pedagógica de novos docentes e reconheceu o papel da Professora Heloísa Oliveira na interação com o Instituto de Educação.

Por último, respondeu que a criação de novas cadeiras na licenciatura não depende da Direção, mas que naturalmente apoiará estas iniciativas, sendo que o desenho dos ciclos de estudos é de competência do Conselho Científico.

O Dr. Afonso Brás agradeceu à Diretora as explicações e questionou se na rubrica de estudos e pareceres, no âmbito das candidaturas a projetos financiados pela UE, se estes estudos e pareceres eram pedidos a uma entidade externa em que já se sabia quem e em que moldes se iriam processar.

A Senhora Diretora respondeu que nestes casos são lançados procedimentos concursais. Ato contínuo, agradeceu aos Subdiretores, Professor Doutor Pedro Madeira de Brito, Professora Doutora Raquel Brízida e Professor Doutor Filipe Arede Nunes, realçando que as atividades propostas para 2023 só seriam possíveis com a colaboração de todos.

O Senhor Presidente agradeceu aos Conselheiros pelas múltiplas questões colocadas e ainda à Diretora pelas respostas e apresentação. Informou ainda que no dia anterior se realizou a reunião do Conselho Consultivo da Faculdade em que os documentos apresentados foram objeto de elogios e também o trabalho desenvolvido pela Direção, e neste âmbito felicitou a Senhora Diretora e toda a Direção e Colaboradores presentes, nomeadamente a Senhora Diretora Executiva,

Dra. Cândida Machado e a Dra. Ana Ramos.

Encerradas as discussões, o Senhor Presidente colocou os documentos a aprovação, que foram aprovados por unanimidade.

4. Alteração ao Regulamento de Bolsas de Mérito Social

O Senhor Presidente informou que fora apresentada uma proposta pela Diretora de alteração ao Regulamento de Bolsas de Mérito Social e, de seguida, passou a palavra à Direção para uma apresentação da proposta. A Senhora Diretora referiu que a proposta havia sido apreciada e aprovada no Conselho Académico e em seguida transmitiu a palavra à Diretora Executiva. A Dra. Cândida Machado começou por dizer que a proposta surgiu tendo em conta a constatação de que havia incongruências entre o conteúdo do regulamento e o que era praticado desde a sua vigência e que, nesse sentido, fora solicitado ao Gabinete de Responsabilidade Social um levantamento do que estava sendo efetivamente praticado em relação ao texto escrito. Em seguida, sucintamente chamou atenção para os pontos essenciais da proposta de alteração, nomeadamente a possibilidade de a bolsa ser excedida por mais de dois semestres; tendo em conta a prática corrente, a alteração da data de candidaturas para o mês de agosto; a inclusão de uma entrevista como forma de seleção; a alteração das horas semanais de colaboração; a inclusão de um dever do bolseiro em informar quando não possa comparecer para desenvolver a bolsa; a inclusão da data de pagamento e o valor da bolsa; a inclusão do relatório de atividades do bolseiro.

O aluno João Gonçalves, no âmbito do artigo 4.º, n.º 3, perguntou qual era o objeto das tarefas que poderiam ser desempenhadas habitualmente pelos bolseiros e quais as tarefas que poderiam ser superiormente autorizadas.

O Dr. Afonso Brás referiu que as bolsas existem porque há alunos que precisam e que a possibilidade de prorrogação das bolsas permitira que sempre os mesmos fossem beneficiados o que contrariaria o disposto no regulamento da Universidade de Lisboa.

O Professor Doutor João Espírito Santo referiu que constatando a divergência entre o regulamento da FDUL e o regulamento da ULisboa, estaria em causa um problema de legalidade.

O aluno André Brito discordou do Dr. Afonso Brás referindo que a possibilidade de renovação das bolsas não era impeditiva de recebimento por novos alunos uma vez que a prática corrente era de constante renovação dos bolseiros, acrescentando que no corrente ano foram feitos três concursos para colmatar as diversas saídas de bolseiros.

Disse o Professor Doutor João Espírito Santo que a questão da legalidade deveria ser verificada para que se pudesse ter a certeza da não ocorrência de ilegalidade.

A Senhora Diretora secundou o Conselheiro André Brito reafirmando a considerável mobilidade das pessoas que estariam em bolsas, e que a experiência ia no sentido de não existir um prolongamento ou eternização daqueles que ocupam essas bolsas, havendo necessidade de, ao longo do ano, se abrirem vários procedimentos para exercício destas funções.

A Senhora Diretora disse que, naturalmente, a preocupação da Faculdade seria conformar-se com a legalidade, referindo que alguns Regulamentos de outras Escolas da ULisboa se afastam do Regulamento da ULisboa, não sendo propósito da Direção aprovar documentos com dúvidas de legalidade, deixando à consideração do Senhor Presidente a suspensão da apreciação deste assunto.

O Professor Doutor João Espírito Santo disse que o argumento de que outras faculdades tinham regulamentos com normas distintas do regulamento da ULisboa não servia e em seguida perguntou se Senhora Diretora se acreditava que a alteração era legal.

O Dr. Afonso Brás disse que tinha duas preocupações, uma social e outra legal e que havendo dúvidas, o Conselho não deveria aprovar na presente reunião alteração.

O Senhor Presidente referiu que havendo dúvida de legalidade seria de se ponderar a proposta, consultando a Reitoria sobre a interpretação do artigo em questão, transitando este ponto para a próxima reunião.

5. Garantia da Qualidade

O Senhor Presidente referiu que o regulamento de garantia de qualidade fora apreciado pelo Conselho Científico e que caberia ao Conselho de Escola apreciá-lo para posterior votação. A preparação da proposta foi feita por uma comissão presidida pelo Professor Doutor Miguel Assis Raimundo a quem o Senhor Presidente agradeceu a disponibilidade em estar na reunião do Conselho de Escola e felicitou pelo trabalho desenvolvido.

O Professor Doutor Miguel Assis Raimundo começou a apresentação referindo que o projeto do manual da qualidade da FDUL foi preparado pela Comissão de Garantia de Qualidade, composta pela Professora Doutora Ana Gouveia Martins, Professora Doutora Isabel Graes, Professor Doutor Nuno Cunha Rodrigues, o Professor Doutor Francisco Mendes Correia, a Dra. Joana Costa Lopes e o Dr. Diogo Calado, a quem agradeceu publicamente pelos esforços empenhados. Disse ainda que o trabalho foi desenvolvido com a Reitoria da Universidade de Lisboa, concretamente com o Vice-Reitor, Professor Doutor João Peixoto, responsável pelo pelouro da garantia da qualidade. A comissão foi composta em maio e com a modificação da equipa reitoral o processo sofreu mudanças no sentido de passar a ter uma metodologia de condução unitária da certificação dos sistemas de garantia da qualidade nas várias Escolas da Universidade de Lisboa, sem que isso prejudique a autonomia das diversas Escolas. O Professor Doutor Miguel Assis Raimundo referiu ainda que o sistema de garantia da qualidade é composto por uma série de peças documentais, sendo as mais importantes o manual da qualidade e o regulamento da qualidade. O manual tem um papel orientador, meramente descritivo e o regulamento essencialmente propõe a alocação das tarefas de garantia da qualidade a um núcleo específico da Faculdade e ainda a criação de um órgão consultivo nestas matérias com representação dos corpos da Faculdade e de pessoas de fora.

Quanto ao manual, nos capítulos I a VI, descreve essencialmente o modo como o nosso sistema se integra com o sistema da Universidade de Lisboa e ainda a estrutura orgânica e institucional. Nos capítulos VII a IX, explica-se em grande medida questões administrativas como o regulamento de avaliação, os serviços de apoio, como se integram os centros de investigação e os institutos.

A Senhora Diretora agradeceu ao Professor Doutor Miguel Assis Raimundo e aos demais membros da comissão, referindo que esta era uma área em que a Faculdade estava em *deficit* e que esses instrumentos seriam muitíssimo relevantes para a boa gestão da FDUL.

O Professor Doutor Miguel Assis Raimundo agradeceu as palavras da Senhora Diretora e estendeu o agradecimento aos Serviços e a Direção Executiva.

6. Designação de aluno para o Conselho Académico

O Senhor Presidente informou que, perante a renúncia de um dos discentes do Conselho Académico, seria necessário proceder à sua substituição. Em seguida perguntou aos conselheiros discentes se tinham alguma proposta de indicação do aluno que iria compor o órgão.

O aluno André Brito respondeu que os discentes haviam consensualmente decidido pela nomeação do aluno João Noronha como efetivo e da aluna Bruna Lembre como suplente deste e tendo em conta que o aluno João Noronha antes de ser eleito era suplente do Dr. Cláudio Cardona, assumiria as funções, como suplente, o Dr. Ricardo Marcos.

7. Outros Assuntos

O Professor Doutor João Espírito Santo recuperou o compromisso assumido pela Senhora Diretora relativamente aos processos judiciais em que a FDUL é parte ou em que é autor ou ré, requerente ou requerido.

O aluno André Brito colocou uma questão sobre as provas de recurso, nomeadamente os transtornos com o início e término de provas com horários distintos e questionou ainda sobre o horário de funcionamento dos Serviços durante as férias do mês de agosto. Por último disse que a Senhora Diretora e o Senhor Presidente do Conselho Científico, Professor Pedro Barbas Homem estavam a diligenciar para diminuir a fila de espera para defesa de teses e dissertações e nesse âmbito perguntou quantos alunos estavam em espera e qual seria o impacto da decisão de não mais permitir a defesa de dissertações de mestrado por videoconferência.

A Senhora Diretora respondeu que o objetivo de as provas de recursos serem realizadas no mesmo espaço tem que ver com a otimização da vigilância e que às vezes podem ocorrer infortúnios, mas que as provas deveriam começar à mesma hora, mas que é possível que haja uma discrepância em relação ao horário de término, disse ainda que a Direção tem reforçado as comunicações aos professores. No que respeita aos horários, seria feito o despacho com os horários de férias. Sobre os tempos entre entrega e defesa a Senhora Diretora disse que não conseguiu dados fiáveis, mas que tanto por parte do Conselho Científico quanto da Comissão de Estudos Pós-Graduados haveria todo o empenho nesta medida.

Quanto às ações em que a Faculdade é parte a Senhora Diretora informou o Órgão relativamente às mesmas, indicando o seu número e comprometendo-se a entregar um documento relativo aos processos na próxima reunião.

A próxima reunião ficou marcada para dia 14 de setembro, às 10h30m.

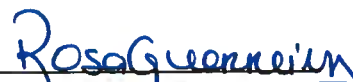
Nada mais havendo a tratar, o Presidente deu a reunião por encerrada, às doze horas e cinco minutos.

O Presidente do Conselho de Escola



(Prof. Doutor Pedro Romano Martinez)

Os Secretários do Conselho de Escola


(André Brito)
(Lic. Rosa Guerreiro)